

**Companhia de Geração
Térmica de Energia Elétrica**
Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2012

Índice

1	INFORMAÇÕES GERAIS	10
2	DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE)	12
3	DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	13
4	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
5	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
6	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
7	CLIENTES	22
8	TRIBUTOS A RECUPERAR.....	22
9	CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CDE CCC.....	24
10	ALMOXARIFADO	24
11	IMOBILIZADO	25
12	INTANGÍVEL.....	28
13	FORNECEDORES	29
14	TRIBUTOS A RECOLHER.....	29
15	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	30
16	ENCARGOS SETORIAIS	37
17	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	37
18	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	38
19	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	38
20	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	41
21	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.....	42
22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45
23	SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	46
24	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS - SUBVENÇÃO COMBUSTÍVEIS	46
25	CUSTO E DESPESAS COM PESSOAL E COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	47
26	OUTRAS DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	47
27	REMUNERAÇÃO EMPREGADOS E ADMINISTRADORES (NÃO REVISADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE)	48
28	PLANO DE APOSENTADORIA.....	48
29	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	50
30	SEGUROS (NÃO REVISADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE)	56
31	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	56
32	INCONSTITUCIONALIDADE DO PIS/PASEP E DA COFINS	58

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31 de Março de 2012	31 de Dezembro de 2011
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		5.241	4.640	Fornecedores	13	127.466	124.568
Títulos e valores mobiliários	6	29.409	66.120	Salários e encargos sociais		4.832	6.039
Clientes	7	71.979	79.394	Tributos a recolher	14	10.544	23.250
Tributos a recuperar	8	29.494	39.201	Dividendos		40.177	39.205
Conta consumo de combustíveis - CDE CCC	9	61.877	44.038	Financiamentos e empréstimos	15	152.697	165.123
Almoxarifado	10	72.947	76.688	Encargos setoriais	16	1.470	1.185
Despesas pagas antecipadamente	30	4.414	7	Obrigações estimadas	17	15.326	17.019
Outros		1.851	2.728	Benefícios pós-emprego	18	268	327
Total do circulante		277.212	312.816	Provisão para contingências	19	16.391	14.836
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Pesquisa e desenvolvimento	21	9.683	9.079
Tributos a recuperar	8	4.945	4.944	Outros		786	567
Depósitos judiciais		7.724	7.545	Total do circulante		379.640	401.198
Total do realizável a longo prazo		12.669	12.489	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado				Capital social	22	337.877	337.877
Em serviço - líquido	11	1.438.279	1.460.085	Reserva legal		2.596	2.596
Em curso	11	265.046	252.641	Dividendos adicionais propostos		13.088	13.088
Total do imobilizado		1.703.325	1.712.726	Ajuste de avaliação patrimonial		(19.044)	(19.044)
Intangível				Prejuízos acumulados		(9.151)	-
Em serviço - líquido	12	196	348	Total do patrimônio líquido		325.366	334.517
Em curso	12	487	297	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do intangível		683	645			1.993.889	2.038.676
Total do não circulante		1.716.677	1.725.860				
TOTAL DO ATIVO		1.993.889	2.038.676				

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do resultado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	121.889	132.890
CUSTO OPERACIONAL			
Energia elétrica comprada para revenda	31 (a)	(38.123)	(13.087)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(3.884)	(6.093)
Total do custo do serviço com energia elétrica		(42.007)	(19.180)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	25	(17.462)	(13.878)
Entidade de previdência privada	25	(1.020)	(909)
Material		(17.223)	(9.158)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica		(41.159)	(32.130)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	24	37.555	26.973
Serviços de terceiros		(11.052)	(7.151)
Depreciações e amortização		(21.577)	(22.336)
Outros custos, líquido recuperações		(3.302)	(2.649)
		(75.240)	(61.238)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		4.642	52.472
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
Pessoal	25	(9.165)	(8.679)
Entidade de previdência privada	25	(230)	(196)
Depreciações e amortização		(254)	(377)
Outros despesas gerais e administrativas	26	(2.631)	(2.680)
Despesas gerais e administrativas		(12.280)	(11.932)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(7.638)	40.540
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		7	(1)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		7	(1)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		1.269	2.147
Variações monetárias e cambiais		86.058	17.673
Outras receitas financeiras		655	216
Total das receitas financeiras		87.982	20.036
Despesas financeiras			
Encargos da dívida		(19.105)	(11.850)
Variações monetárias e cambiais		(69.380)	(2.847)
Outras despesas financeiras		(1.017)	(3)
Total das despesas financeiras		(89.502)	(14.700)
Resultado financeiro líquido		(1.520)	5.336
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(9.151)	45.875
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	20	-	(3.313)
Imposto de renda - IR	20	-	(9.181)
Lucro (prejuízo) do período		(9.151)	33.381
Ações no final do período (em milhares)		1.273.193	1.273.193
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL (EM REAIS)		(7,19)	26,22

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros - Reserva Legal	Reservas lucros - Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		337.877	1.736	24.732	(10.261)	-	354.084
Lucro do trimestre		-	-	-	-	33.381	33.381
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011		<u>337.877</u>	<u>1.736</u>	<u>24.732</u>	<u>(10.261)</u>	<u>33.381</u>	<u>387.465</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		<u>337.877</u>	<u>2.596</u>	<u>13.088</u>	<u>(19.044)</u>	<u>-</u>	<u>334.517</u>
Prejuízo do trimestre		-	-	-	-	(9.151)	(9.151)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012		<u>337.877</u>	<u>2.596</u>	<u>13.088</u>	<u>(19.044)</u>	<u>(9.151)</u>	<u>325.366</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes dos impostos	(9.151)	45.875
Contrib. Social e Imposto Renda sobre lucro	-	(12.494)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(9.151)	33.381
Ajustes por:		
Depreciação	21.806	22.434
Amortização de intangível	152	279
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	8
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(1.269)	(2.145)
Atualização de adiantamento para futuro aumento de capital	9.316	-
(Despesas) de juros e variações monetárias, líquido	(13.450)	(6.015)
Total de ajustes	16.555	14.561
Variações em:		
(Aumento) Redução em aplicação no mercado aberto	37.980	(61.561)
Redução em clientes	7.415	71.508
(Aumento) Redução em almoxarifado	3.741	(7.453)
(Aumento) Redução em tributos a recuperar	9.706	(6.734)
Aumento em depósitos judiciais	(179)	(636)
Aumento em outros ativos	(21.369)	(18.927)
Aumento em fornecedores	2.898	269.925
Redução em salários e encargos sociais	(1.207)	(1.091)
Redução em tributos a recolher	(12.706)	(4.968)
Aumento em outros passivos	387	14.643
Aumento em provisão para contingências	1.555	3.654
Redução em benefícios pós-emprego	(100)	(121)
Total de variações	28.121	258.239
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.525	306.181
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(12.405)	(333.117)
Aquisições de ativo intangível	(190)	(8)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.595)	(333.125)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos de financiamentos e empréstimos	7.065	15.725
Amortização de empréstimos e financiamentos	(29.394)	(956)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(22.329)	14.769
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	601	(12.175)
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5.241	2.918
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	4.640	15.093
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	601	(12.175)

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITA BRUTA E OUTRAS RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	139.473	152.427
Outras receitas operacionais	8	7
	<u>139.481</u>	<u>152.434</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(38.123)	(13.087)
Serviços de terceiros	(12.368)	(8.352)
Materiais	(17.342)	(9.256)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(41.159)	(32.130)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	37.555	26.973
Outros custos operacionais	(7.270)	(9.622)
	<u>(78.707)</u>	<u>(45.474)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>60.774</u>	<u>106.960</u>
RETENÇÕES		
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	(21.831)	(22.713)
	<u>(21.831)</u>	<u>(22.713)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RETIDO	<u>38.943</u>	<u>84.247</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	87.982	20.036
Outras receitas - aluguéis	481	39
	<u>88.463</u>	<u>20.075</u>
VALOR ADICIONADO RETIDO	<u>127.406</u>	<u>104.322</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	23.177	20.063
Governo	24.005	36.276
Agentes financeiros e aluguéis	89.375	14.602
Retenção/distribuição de lucros do exercício	(9.151)	33.381
TOTAL	<u>127.406</u>	<u>104.322</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"), foi constituída em 28 de julho de 1997.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - Capital de Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente; e
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Principal atividade operacional

Através do Contrato de Concessão nº 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina da NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador da Companhia possui potência instalada e em operação de 490 MW/h. Além da concessão, detém autorização, por meio da Portaria MME nº 304, de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III, Fase C, localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW/h. A nova usina foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024.

Com a instalação da Candiota III (Fase C), a Companhia passou a contar com potência instalada total de 840 MW/h, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Situação financeira

A Companhia apresenta no primeiro trimestre de 2012 prejuízo de R\$ 9.151 que comparativamente com o primeiro trimestre de 2011 (lucro de R\$33.381), tem origem nos seguintes aspectos: (i) na redução da receita motivada pelo comunicado CCEE CAM 115/12, de 02 de março de 2012, o qual determinou o ressarcimento às distribuidoras referente à receita de geração do exercício de 2011, devido pela geração inferior à inflexibilidade contratada da UTE Candiota III (Fase C) em 2011, no montante total de R\$ 34.545, dos quais R\$ 20.941 já foram ressarcidos neste trimestre. Entretanto, cabe destacar que a Companhia encaminhou documento à ANEEL solicitando a retificação dos valores apurados pela CCEE; (ii) acréscimo com compra de energia motivada pela exposição ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) do CCEE e a necessidade de compra superior neste trimestre, bem como (iii) acréscimo no custo de operação motivado pela geração despachada pelo ONS para a UTE Candiota III (Fase C).

A Companhia, no encerramento do período findo em 31 de março de 2012, encontra-se com seu passivo circulante maior que seu ativo circulante no montante de R\$ 102.428 (R\$ 88.382 em 31 de dezembro de 2011), que no entendimento da administração é administrável levando em conta a execução financeira prevista para o restante de 2012.

Das obrigações do Passivo Circulante R\$ 63.102 refere-se a pagamentos envolvendo o Projeto UTE Candiota III (Fase C) relativas ao ECR/280/2006 I e II classificados no circulante em Empréstimos e Financiamentos, respectivamente.

Importante frisar que na liquidação dos compromissos, a Companhia conta com o faturamento anual para o exercício de 2012 da nova unidade que está em operação comercial, no montante de R\$ 469.260, que dará cobertura às obrigações como financiamentos e insumos.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

2 Desempenho operacional (não revisado pelo auditor independente)

No 1º trimestre de 2012 a geração total foi de 772,59 GWh, sendo 611,24 GWh correspondente à Usina Candiota III (Fase C), 152,16 GWh correspondente à Usina Termelétrica Presidente Médici Fases A+B e 9,19 GWh correspondente à Usina Termelétrica São Jerônimo. No 1º trimestre de 2011 a geração total foi de 542,98 GWh, sendo 349,85 GWh correspondente à Usina Candiota III (Fase C), 180,96 GWh correspondente à Usina Termelétrica Presidente Médici Fases A+B e 12,17 GWh correspondente à Usina Termelétrica de São Jerônimo. A geração total do 1º trimestre de 2012 foi 42,3 % superior à geração alcançada no 1º trimestre de 2011. A UTE Nutepa operou nos dias 11 e 12 de fevereiro gerando 12,84 MWh como teste.

O aumento de geração no 1º trimestre de 2012 em relação ao 1º trimestre de 2011 deve-se principalmente ao melhor resultado alcançado pela UG 4 da UPME e a geração constante na base da UTE Candiota III, em função do despacho por mérito destas unidades da CGTEE.

A máquina 2 está operando normalmente dentro dos padrões de confiabilidade apresentada pela Fase A da Usina Presidente Médici, porém com geração máxima limitada em 25 MW, este resultado foi prejudicado pela indisponibilidade constante de uma linha de pulverização.

A máquina 1 permanece em manutenção devido ao dano no gerador, ainda não existe previsão exata de retorno desta máquina, que deverá ocorrer durante o 2º semestre de 2012.

A máquina 3 da Usina Presidente Médici permanece em manutenção para recuperação das paredes d'água da Caldeira, serviço este já em fase de conclusão. A manutenção deve se estender até junho de 2012 em função da necessidade do rotor do Gerador 3 e válvula bay-pass de alta pressão.

Com relação à geração de energia de referência anual, foram conseguidos os seguintes resultados no ano de 2012:

A Usina Presidente Médici Fases A+B vem apresentando déficits contínuos, em função das manutenções das Unidades que estão em andamento e devem ser concluídas durante o 2º semestre de 2012, quando podem ser esperados resultados mais próximos da meta determinada pelo ONS. A geração média anual de 2012 das Fases A+B da Usina Presidente Médici foi de 69,67 MW ficando muito aquém da meta determinada pelo ONS, para geração de referência que é de 155 MW.

A Usina Candiota III (Fase C) ultrapassou a geração de referência durante o ano de 2012, alcançando uma média anual de 279,87 MW contra os 210,0 MW, meta determinada pelo ONS. Cabe salientar que a UTE Candiota III não é atingida pela penalidade da RES 129/04.

Para suprir os contratos em vigor a Companhia comprou energia complementar à geração própria. Como o custo do MWh está em elevação, a Eletrobras - CGTEE obteve um resultado bruto negativo nas operações de compra de energia.

A Usina de São Jerônimo não atingiu a geração de referência determinada pelo ONS de 5,0 MW uma vez que apresentou uma geração média anual de 4,21 MW no ano de 2012, este resultado é basicamente em função da retirada de operação da Usina para os testes da Nutepa.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Em função do aumento do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos a partir de janeiro de 2008, e os problemas técnicos descritos acima, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme informado na Nota 13 (a). Desde de fevereiro de 2009, a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, evitando a exposição perante a CCEE. As aquisições de energia foram mantidas durante todo o ano de 2011, e serão mantidas até que os índices de disponibilidade estejam recuperados.

A meta é de crescimento para os próximos exercícios, em função do planejamento e das ações em andamento, permitindo maior eficiência do processo de geração.

3 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

<u>Usinas termelétricas</u>	<u>Capacidade instalada (MW/h) (iii)</u>	<u>Capacidade utilizada (MW) (iii)</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de encerramento</u>
UTE Presidente Médici - Candiota (i)	446	251,5 (iv)	08.07.95	07.07.15
UTE São Jerônimo (i)	20	12,8 (iv)	08.07.95	07.07.15
UTE Nutepa (i)	24	6,1 (iv)	08.07.95	07.07.15
UTE Candiota (Fase C) (ii)	350	303,5 (v)	18.07.06	17.07.41
Total de capacidade instalada (MW)	<u>840</u>	<u>573,9</u>		

(i) Contrato de Concessão nº 067, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados em MW e MW/h não revisados pelo auditor independente.

(iv) Valores de garantia física determinados pela Portaria MME 303/2008 de 18 de novembro de 2004;

(v) Valores de garantia física determinados pela Portaria MME 550/2005 de 07 de dezembro de 2005.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS com base nas informações dos agentes. Esta orientação define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do país de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

4 Apresentação das demonstrações financeiras

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 26 de abril de 2012.

4.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, ativos e passivos, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.1.

4.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigindo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5 Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e quando aplicáveis outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de 90 dias ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa".

(c) Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(d) Clientes

Registradas pelo suprimento de energia elétrica realizado até a data das Demonstrações financeiras com base nas disposições contratuais e no regime de competência.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos.

(f) Almoxarifado

Refere-se a materiais em estoque destinados à manutenção das operações, notadamente combustíveis, e é demonstrado ao custo médio das compras que não excede ao valor de mercado.

(g) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Registrada pelos valores a receber da Eletrobras decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível - CCC e também da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004.

(h) Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, ou por estratégia da Companhia ou ordem judicial para garantia de liquidação dos processos movidos contra a empresa, são realizados depósitos judiciais. Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

(i) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (moeda funcional) usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrerem exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

(j) Imobilizado e intangível

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada calculada pelo método linear.

Para os bens existentes em 31 de março de 2012, os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUCs, conforme determina a Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, estão depreciados a taxas anuais constantes na "tabela XVI - Taxas de Depreciação" anexa à referida resolução, descritas na Nota 11, que refletem a vida útil estimada dos bens.

Em todos os bens da Companhia foram aplicadas as normativas advindas da Resolução ANEEL nº 367/2009 que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, com suas respectivas TUC's, Unidades de Adição e Retirada - UAR's e a respectiva tabela de depreciação acima citada.

O intangível refere-se a licenças adquiridas de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 12.

Em relação ao imobilizado em curso, de acordo com o MCPSE, e regras emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis através do CPC 27, em conjunto com OCPC 05, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais) relacionados aos empréstimos, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados nesta conta como parte dos custos, limitados à aplicação da taxa de juros WACC (custo médio ponderado de capital).

Os materiais em almoxarifado destinados a imobilizações estão classificados no ativo imobilizado em curso, sendo demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

A Companhia foi autorizada pela ANEEL através do Ofício nº 1215/2011-SFF/ANEEL a concluir o processo de implantação do MCPSE até 30 de junho de 2012 e passará a enviar o Relatório de Controle Patrimonial - RCP a partir do exercício de 2012.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(k) Redução ao valor recuperável de ativos

Em atendimento aos requisitos emanados pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos a Companhia realiza anualmente os testes necessários a fim de verificar eventuais reduções ao valor recuperável de seus ativos.

Nas análises realizadas anualmente, é considerada no fluxo de caixa a estimativa de indenização pelo poder concedente do valor residual do ativo imobilizado, conforme previsto no Contrato de concessão nº 67/2000-ANEEL, cláusula 11 - "Extinção e reversão dos bens na subcláusula 2a".

Para a UTE Candiota III (Fase C), em função de ser uma unidade nova e já ter ocorrido a comercialização de sua produção, não há, nesse momento, indicadores de perspectivas de perdas para estes ativos.

(l) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida, como descrito em (j) (acima).

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

(m) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões permanentes (lucro real) e por prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, aplicando-se as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Como há, nesse momento, incertezas quanto a evidências de resultados positivos para os próximos exercícios, e a Companhia apresenta histórico de prejuízos, não foram registrados nas Demonstrações Financeiras os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e sobre diferenças temporariamente não dedutíveis.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e obrigatório a partir de 2010, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(n) Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data das demonstrações financeiras, quando legal ou contratualmente exigidos.

(o) Apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, encargos e outras deduções similares.

A Companhia reconhece a receita quanto: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões e *Spot* no mês de suprimento de energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(p) Ajuste a valor presente

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 12 - "Ajuste a Valor Presente", a Companhia não identificou ajustes a valor presente relevantes nos saldos de seus ativos, passivos e resultado.

(q) Benefícios pós-empregos - Obrigações de aposentadoria

A Companhia oferece aos seus empregados diversos benefícios, entre os quais o plano de previdência, plano de assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

A Companhia tem plano de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração, conforme Nota 28.

Conforme descrito na Nota 28, a administração decidiu mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em 2010, os quais eram reconhecidos pelo método do "corredor" e passaram a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33 - Benefícios a empregados.

A provisão atuarial referente o plano de previdência é reconhecido com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado
Trimestres findos em 31 de março
Em milhares de reais

(r) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia instituiu em 1997, um plano de aposentadoria incentivada, que possibilitou aos empregados aposentados pelo INSS, o afastamento do trabalho com manutenção de seus rendimentos até atingir 55 anos, data de sua aposentadoria pela Fundação CEEE de Seguridade Social.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego até a idade de 55 anos, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são debitados ou creditados ao resultado e resultado abrangente no período esperado de serviço remanescente dos empregados. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(s) Provisões

Reconhecida em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis conforme estimativa dos assessores jurídicos da Companhia.

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados e (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(t) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(u) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

5.1 Estimativa e julgamentos contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Companhia, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado da Companhia. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras da Companhia, a administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Companhia, a materialização sobre os valores contábeis de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração ("Impairment")

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela administração, conforme parecer de seus assessores legais, a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo da concessão de geração de energia elétrica.

Para o exercício de 2011 foram realizados estudos com base nestas premissas com dois focos as unidades antigas e a nova UTE Candiota III (Fase C). Para esta última, os estudos apontaram que não há necessidade contabilização de impairment, inclusive com a inclusão de variáveis de sensibilidade. Com relação às unidades antigas os estudos demonstraram uma margem pequena que não resultou em necessidade de contabilização de impairment, no entanto, cabe destacar que com a inclusão de sensibilidades que alterem as premissas utilizadas pela Administração, tais como aumento do custo de captação, redução de geração de energia, compra de energia para cumprimento

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

de contratos, apresentariam uma piora no cenário e conseqüentemente gerariam a necessidade de contabilização de provisão para desvalorização dos ativos (impairment).

6 Títulos e valores mobiliários

Os ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado estão apresentados como parte das atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

Aplicação	Venc.	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
FAE-F.Inv.Extramercado (Multicotistas)	Diário	29.409	29.409	-	-
Letras tesouro nacional	Diário	-	-	57.462	57.462
Oper. compromissadas	Diário	-	-	8.658	8.658
Total Aplicações		<u>29.409</u>	<u>29.409</u>	<u>66.120</u>	<u>66.120</u>

O valor justo de todas as aplicações é baseado nos seus preços atuais de compra, considerando um mercado ativo.

Em 30 de novembro de 2011, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BACEN nº 4.034, que altera a redação dos arts. 2º e 4º - da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005; e o 1º da Resolução nº 2.423, de 23 de setembro de 1997; e ainda dá outras providências.

Em síntese, a mudança retira as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) da composição das carteiras dos fundos de investimentos extramercado, fato este que altera totalmente a política de investimentos da Eletrobras e empresas do grupo na BB DTVM, principalmente para aquelas que mantém fundos exclusivos - como é o caso da Eletrobras CGTEE. A nova política para os fundos dessa natureza, conforme determina a Resolução BACEN nº 4.034, trará risco de perdas na questão dos rendimentos, bem como uma mudança total de estratégia com relação à liquidez.

Em 13 de dezembro de 2011, ocorreu uma reunião no Rio de Janeiro, onde a Eletrobras e todas as empresas do grupo obtiveram esclarecimentos da BB DTVM, gestora dos fundos de investimento, com relação à nova legislação. A principal preocupação manifestada pela gestora era com relação ao prazo de 90 dias após a publicação da nova resolução, para que ocorram as mudanças de toda a carteira de investimento das empresas.

Dentro das possibilidades propostas pela BB DTVM e considerando a situação de todas com relação à necessidade de liquidez diária, bem como a diminuição dos riscos com relação aos rendimentos, a extinção dos fundos exclusivos e a migração para o FAE - Fundo de Investimento Extramercado (Multicotistas) seria a estratégia mais indicada, inclusive com redução na taxa de administração.

Durante o mês de janeiro de 2012, foram feitas consultas formais às empresas sobre a estratégia que irão adotar para cumprir a nova legislação. Aquelas que optarem pela migração para o Fundo Extramercado e extinção de seus Fundos Exclusivos - como é o caso da Eletrobras CGTEE, com o Fundo BB Extramercado Exclusivo IV, que teve até o dia 27 de fevereiro de 2012 para junto com a BB DTVM, tomarem as providências necessárias. A Companhia realizou esta opção conforme o estabelecido migrando para o Fundo Extramercado em 27 de fevereiro de 2012.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

7 Clientes

A Companhia comercializa a energia elétrica para as concessionárias a seguir indicadas, das quais tem a receber os seguintes saldos:

Concessionárias	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante		
AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	-	1.091
Companhia Estadual de Distr. Energia Elétrica - CEEE - D	-	1.995
Rio Grande Energia S.A. - RGE	-	977
ENERPAR	6.025	4.095
CIEN - Companhia de Integração Energética	47	47
Contr. de leilão - 1º leilão de energia nova	13.680	19.220
Contratos de leilão - 1º leilão de energia nova previsão	36.168	35.992
Contratos de leilão - 2º e 4º leilão de energia existente	15.466	15.384
RTE - Outros	593	593
	<u>71.979</u>	<u>79.394</u>

8 Tributos a recuperar

	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	266	1.593
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15.965	1.095
Pasep/Cofins – Lei 11.196/05, Art. 109 (a)	7.305	7.206
Antecipação IRPJ	2.584	20.913
Antecipação CSLL	936	7.551
Crédito de ICMS (b)	1.529	-
Outros	909	843
	<u>29.494</u>	<u>39.201</u>
Não Circulante		
Crédito de ICMS (b)	4.945	4.944
	<u>34.439</u>	<u>44.145</u>

(a) PASEP/COFINS - Lei nº 11.196/05, art. 109

A Companhia vinha apurando pela sistemática não cumulativa as Contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no período de dezembro de 2002 até fevereiro de 2006 e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no período de fevereiro de 2004 até fevereiro de 2006, ambas incidentes sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com as concessionárias RGE, AES SUL e CEEE com alíquotas de 1,65% (PASEP) e 7,6% (COFINS), com base na interpretação introduzida pela IN SRF nº 468, de 8 de novembro de 2004. AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Tal interpretação definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado na Lei nº 10.833/03, art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c", estabelecendo os parâmetros para determinar a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Através da edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a Companhia passasse a apurar as contribuições ao PASEP e COFINS pela sistemática cumulativa e conseqüentemente com alíquotas de 0,65% (PASEP) e 3% (COFINS).

Como resultado da revisão das bases de cálculo das apurações do PASEP e COFINS, para os períodos em que a Companhia recolheu estas contribuições pelo regime não cumulativo, foram detectados pagamentos a maior no valor de R\$ 14.042, representado por créditos de R\$ 14.828 (valores pagos a maior), e débitos de R\$ 786 (valores pagos a menor).

Estes valores estavam sendo utilizados na compensação de débitos de tributos federais.

Em função do procedimento de fiscalização pela Secretaria da Receita Federal, não foi possível durante o exercício de 2007 fazer todas as retificações das declarações necessárias. Com isso, a Companhia ficou impossibilitada de fazer os recolhimentos dos débitos e a utilização dos créditos, mantendo a atualização dos valores. No segundo e terceiro trimestres de 2008, a Companhia procedeu às retificações das declarações para o período de abril de 2003 a fevereiro de 2006, com exceção dos meses de novembro e dezembro de 2004, janeiro, março, abril, maio, junho e julho de 2005.

Para os meses citados acima, a Companhia, conforme julgamento por parte da Receita Federal de Pedido Administrativo solicitando a utilização dos créditos, em razão da impossibilidade da execução via internet, em função dos pagamentos terem sido executados via pedido de compensação (PERDCOMP), utilizará os créditos na compensação de débitos com a Fazenda Nacional.

(b) Crédito de ICMS

Os créditos fiscais de ICMS, no valor de R\$ 6.474 (R\$ 4.944 em 31 de dezembro de 2011) originaram-se, principalmente, das operações de compra de combustível e outros até novembro de 1998, já que, atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos para a construção da Fase C da UTE Candiota e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas, pela administração da Companhia, na realização dos referidos créditos. No primeiro trimestre de 2012, a Companhia utilizou R\$ 262 para compensação com aquisição de Cal para o dessulfurizador da Fase C da UTE Candiota.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

9 Conta de Consumo de Combustível - CDE CCC

A variação apresentada entre os saldos de 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 justifica-se pelos motivos a seguir dispostos: desde janeiro de 2011 os serviços de transporte de cinza e o manuseio de pátio não foram mais reembolsados pela Eletrobras; houve mudança na metodologia de recebimentos dos valores da Eletrobras, o que postergou o reembolso destes valores, pois estes somente ocorrerão após pagamento ao fornecedor; e, também, segundo determinação da ANEEL.

Apresentamos abaixo a composição dos valores a receber:

		<u>31 de março de</u> <u>2012</u>	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2011</u>
Glosas Eletrobras	(a)	24.434	10.554
Partidas a vencer		13.943	25.964
Fase C	(b)	11.997	2.656
Fases A e B		8.659	3.039
Fases A e B - notas complementares 2011		1.872	1.166
Venda de Cinzas		972	659
		<u>61.877</u>	<u>44.038</u>

(a) Glosas Eletrobras

Referente a valores a receber ainda em discussão com a Eletrobras. A variação verificada entre os saldos de 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 justifica-se pela antiguidade de alguns valores, bem como da entrada em operação da usina Candiota III.

(b) Fase C

Valor a receber referente à operação da usina Candiota III. O saldo verificado em 31 de março de 2012 deve-se ao recebimento, previsto para o mês de abril, dos valores acumulados de todo o trimestre, diferentemente do que ocorreu no 4º trimestre de 2011, onde houve recebimento de grande parte dos valores dentro do próprio período.

10 Almojarifado

	<u>31 de março de</u> <u>2012</u>	<u>31 de dezembro de</u> <u>2011</u>
Material - Almojarifado		
Material de consumo	24.660	27.083
Combustíveis	48.287	49.605
	<u>72.947</u>	<u>76.688</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

11 Imobilizado

	<u>31 de março de</u> <u>2012</u>	<u>31 de dezembro de</u> <u>2011</u>
Imobilizado em serviço		
Geração		
Terrenos	1.116	1.116
Reservatórios, barragens e adutoras	9.599	9.599
Edificações, obras civis e benfeitorias	205.647	205.647
Máquinas e equipamentos	2.945.969	2.945.969
Veículos	2.379	2.379
Móveis e utensílios	1.278	1.278
Administração		
Edificações, obras civis e benfeitorias	570	570
Máquinas e equipamentos	12.009	12.009
Veículos	685	685
Móveis e utensílios	1.186	1.186
Total do imobilizado em serviço	<u>3.180.438</u>	<u>3.180.438</u>
Depreciação acumulada		
Geração		
Reservatórios, barragens e adutoras	(7.696)	(7.651)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(61.635)	(60.308)
Máquinas e equipamentos	(1.663.088)	(1.642.981)
Veículos	(2.001)	(1.970)
Móveis e utensílios	(1.159)	(1.152)
Administração		
Edificações, obras civis e benfeitorias	(79)	(73)
Máquinas e equipamentos	(5.092)	(4.837)
Veículos	(619)	(611)
Móveis e utensílios	(790)	(770)
Total da depreciação	<u>(1.742.159)</u>	<u>(1.720.353)</u>
Imobilizado em serviço - líquido	<u>1.438.279</u>	<u>1.460.085</u>
Imobilizado em curso		
Geração		
Terrenos	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.015	6.015
Máquinas e equipamentos	220.307	210.685
Veículos	174	174
Móveis e utensílios	8	2
Imobilizado em curso - gastos a ratear	3.559	2.754
Material em depósito	4.955	4.955
ICMS Dif. Alíquota	23	-
Compras em andamento - despesas alfandegarias	24.682	24.089
Adiantamentos a fornecedores	232.962	239.571
(-) Adiantamentos a fornecedores - compensação	(229.857)	(237.696)
Administração		
Máquinas e equipamentos	1.062	1.059
Veículos/ Móveis e utensílios	1.156	1.033
Total do imobilizado em curso	<u>265.046</u>	<u>252.641</u>
Total do imobilizado líquido	<u>1.703.325</u>	<u>1.712.726</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Saldo Final em 31/12/2011	Adições	Depreciação	Saldo Final em 31/03/2012
Geração				
Em serviço	3.165.987	-	-	3.165.987
Depreciação acumulada	(1.714.060)	-	(21.519)	(1.735.579)
Em curso	250.549	12.279	-	262.828
Total	1.702.476	12.279	(21.519)	1.693.236
Administração				
Em serviço	14.451	-	-	14.451
Depreciação acumulada	(6.293)	-	(287)	(6.580)
Em curso	2.092	126	-	2.218
Total	10.250	126	(287)	10.089
TOTAL	1.712.726	12.405	(21.806)	1.703.325

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III - Fase C, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e portanto não é sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Nos registros contábeis, a Companhia possui em 31 de março de 2012 o valor de R\$ 229.857 (R\$ 237.696 em 31 de dezembro de 2011) na conta "Adiantamento a fornecedores (imobilizado em curso)" que, para fins de apresentação dessas Demonstrações financeiras, estão sendo apresentados líquidos dos saldos de fornecedores - conta "Fornecedores materiais e serviços". A baixa contábil destes saldos será realizada no momento da finalização do desembaraço alfandegário, que encontra-se em andamento.

Em 16 de fevereiro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 474/2012 que revisou o tempo de vida útil dos bens estabelecendo novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico.

Tais alterações passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 e trouxeram mudanças em relação às últimas estimativas de vida útil e taxas de depreciação adotadas até 31 de dezembro de 2011, para o ativo imobilizado em serviço.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

A seguir, são apresentadas as taxas atuais praticadas em 2011 e as praticadas a partir de 1º de janeiro 2012, informando as diferenças em coluna própria:

Geração/Administração	2012	2011	diferença
Geração			
Caldeira	4,0%	5,0%	-1,0%
Chaminé	4,0%	4,0%	
Equipamento ciclo térmico	4,6%	4,5%	0,1%
Equipamentos da tomada d'água	3,7%	3,7%	
Edificações-casa de força	2,0%	2,0%	
Edificações-outras	3,3%	4,0%	-0,7%
Máquinas e equipamentos (*)	2,0%	2,0%	
Máquinas e equipamentos (*)	6,7%	10,0%	-3,3%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0%	2,0%	
Turbina a vapor	4,0%	4,0%	
Veículos	14,3%	20,0%	-5,7%
Administração			
Máquinas e equipamentos	6,3%	10,0%	-3,7%
Móveis e utensílios	6,3%	10,0%	-3,7%
Veículos	14,3%	20,0%	-5,7%

(*) Os equipamentos podem variar de 2 a 10% em 2011, e de 2 a 6,67% em 2012.

A Companhia através da edição do MCPSE de 02 de junho de 2009 está revisando o cadastro da propriedade ajustando eventuais divergências à nova sistemática regulamentada para o setor (Resolução ANEEL nº367/2009). A ANEEL através do ofício nº 1215/2011-SFF/ANEEL, autorizou a Eletrobras CGTEE a concluir seu processo de implementação até 30 de junho de 2012 e passar a enviar o Relatório de Controle Patrimonial - RCP a partir do exercício de 2012.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração são vinculados a esse serviço, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Conforme o Contrato de Concessão de Geração nº 67/2000 assinado com a ANEEL, ao final da concessão operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculadas à exploração das usinas termelétricas, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à Companhia, observando-se os valores e datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia possuía um Termo de Compromisso (TC) firmado com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos) em 2006, referente à Usina Presidente Médici - Candiota II, que previa investimentos na ordem de R\$ 190.000, sendo que parte deste plano de investimento já foi realizada, porém estavam ainda previstos desembolsos até 2012 de aproximadamente R\$ 175.000.

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Considerando que a Licença de Operação nº 057/99, relativa ao empreendimento Usina Termelétrica Candiota II, está expirada, e que algumas das cláusulas do Termo de Compromisso (TC) firmado entre a Eletrobras CGTEE e IBAMA não foram devidamente atendidas, bem como a partir da atuação do Ministério Público Federal de Bagé, em fevereiro de 2011, que recomendou ao IBAMA tomar providências quanto às emissões atmosféricas das Fases A e B da Usina Termelétrica Presidente Médici - Candiota II, localizada no município de Candiota-RS, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 13 de abril de 2011.

Este TAC é resultado de sucessivas tratativas durante os meses fevereiro, março e abril de 2011, junto ao Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Advocacia Geral da União (AGU) e IBAMA, visando à adequação Ambiental das Atividades do Complexo Termelétrico Candiota, o qual inclui o projeto de implantação do Sistema de Abatimento de Material Particulado e Enxofre da Fase B, no menor prazo possível.

Estes investimentos terão por fim a compra e substituição de equipamentos, que serão contabilizados no ativo imobilizado, como consta no projeto de adequação ambiental. Os investimentos têm a finalidade de redução de emissões atmosféricas de NOx, SO2 e material particulado, mediante a implantação de queimadores de baixo NOx, dessulfurizadores e reforma dos precipitadores eletrostáticos, respectivamente.

A Companhia a partir da assinatura do TAC e visando o seu cumprimento renovou os orçamentos para execução do projeto, tendo como estimativa o valor de R\$ 241.835, que foi apresentado ao Conselho de Administração da Eletrobrás na 635ª reunião, que através da DEL-103/2011 de 27 de junho de 2011, foi aprovada proposta de aporte de recursos à Eletrobrás CGTEE sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme apresentado na Nota 22 (b)(ii).

12 Intangível

	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Intangível em serviço		
Geração	309	309
Administração	10.493	10.493
Intangível em serviço	<u>10.802</u>	<u>10.802</u>
Amortização acumulada		
Geração	(256)	(245)
Administração	(10.350)	(10.209)
Amortização acumulada	<u>(10.606)</u>	<u>(10.454)</u>
Total intangível serviço	<u>196</u>	<u>348</u>
Intangível em curso	<u>487</u>	<u>297</u>
Total do intangível em curso	<u>487</u>	<u>297</u>
Total do intangíveis	<u><u>683</u></u>	<u><u>645</u></u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço refere-se principalmente ao direito de uso de softwares.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovado pela Resolução ANEEL nº 367/2009, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito) 205.02 (Marca), e 205.03 (Patente) - 20% ao ano, e item 205.05 (Serviços) e 205.09 (outros) - 0% ao ano.

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

13 Fornecedores

	31 de março de	31 de dezembro de
	2012	2011
Fornecedores - encargos de uso de rede elétrica	1.575	1.465
Fornecedores - suprimentos de energia elétrica (a)	98.010	86.287
Materiais e serviços (b)	13.740	22.002
Aquisição de combustíveis (CDE)	14.141	14.814
	<u>127.466</u>	<u>124.568</u>

(a) Fornecedores de energia elétrica

O saldo de R\$ 98.010 (R\$ 86.287 em 31 de dezembro de 2011) é composto pelos valores de R\$ 60.441 (CCEE), R\$ 37.541 (CHESF) e R\$ 28 (outros) referentes à contratação de suprimento de energia elétrica (R\$ 46.240 (CCEE), R\$ 38.190 (CHESF) e R\$ 1.857 (outros) em 31 de dezembro de 2011).

(b) Materiais e serviços

Referem-se a compras de materiais para atender projetos em execução (Revitalização e Adequação Ambiental da UTE Presidente Médice/Candiota) e para operação normal das unidades produtivas da Companhia a serem liquidados em seus respectivos prazos de vencimento no exercício de 2012.

14 Tributos a recolher

	31 de março de	31 de dezembro de
	2012	2011
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica devido	-	6.253
CSLL - Imposto de Renda Pessoa Jurídica devido	-	2.302
COFINS	2.028	3.109
INSS	2.275	2.161
PIS/PASEP	421	656
FGTS	387	840
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de terceiros retido fonte	4.725	6.882
SENAI/SESI	231	215
ISSQN de terceiros retido na fonte	477	832
	<u>10.544</u>	<u>23.250</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia apresenta como composição para as rubricas de Empréstimos e financiamentos os valores a seguir:

	<u>31 de março de</u> 2012	<u>31 de dezembro de</u> 2011
Moeda nacional		
ECF Nº 2.796/2009	27.844	25.418
ECF Nº 2.806/2010	813	1.625
ECF Nº 2.823/2010	3.349	6.697
ECF Nº 2.863/2010	30.889	51.482
ECF Nº 2.935/2011	12.173	4.601
ECR 280-A/2007	8.952	8.894
Moeda estrangeira		
ECR Nº 280/2006 I (US\$)	21.334	21.963
ECR Nº 280/2006 II (US\$)	41.768	42.999
	<u>147.122</u>	<u>163.679</u>
Encargos de dívidas		
ECF'S 2796/09,2806/10,2823/10,2863/10,2913/11 e 2935/2011	-	838
ECR 280-A/2007	2.145	214
ECR Nº 280/2006 I (US\$)	2.246	257
ECR Nº 280/2006 II (US\$)	1.184	135
	<u>5.575</u>	<u>1.444</u>
Passivo Circulante	<u>152.697</u>	<u>165.123</u>
Moeda nacional		
ECF Nº 2.796/2009	106.737	113.226
ECF Nº 2.913/2011	12.481	12.481
ECF Nº 2.935/2011	8.695	9.202
ECR 280-A/2007	91.261	90.107
Moeda estrangeira		
ECR Nº 280/2006 I (US\$)	448.009	461.212
ECR Nº 280/2006 II (US\$)	146.189	150.497
Passivo Não Circulante	<u>813.372</u>	<u>836.725</u>
Total Empréstimos	<u>966.069</u>	<u>1.001.848</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(a) Empréstimos e financiamento de curto prazo

Contrato de ECF nº 2.796/2009		
Parcela	Vencimento	31 de março de 2012
Terceira	30/04/2012	2.320
Quarta	30/05/2012	2.320
Quinta	30/06/2012	2.320
Sexta	30/07/2012	2.320
Sétima	30/08/2012	2.320
Oitava	30/09/2012	2.320
Nona	30/10/2012	2.321
Décima	30/11/2012	2.321
Décima Primeira	30/12/2012	2.321
Décima Segunda	30/01/2013	2.321
Décima Terceira	28/02/2013	2.320
Décima Quarta	31/03/2013	2.320
		<u>27.844</u>
Contrato de ECF nº 2.806/2010		
Parcela	Vencimento	31 de março de 2012
Nona	30/04/12	203
Décima	30/05/12	204
Décima Primeira	30/06/12	203
Décima Segunda	30/07/12	203
		<u>813</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Contrato de ECF nº 2.823/2010

Parcela	Vencimento	31 de março de 2012
Nona	30/04/12	837
Décima	30/05/12	837
Décima primeira	30/06/12	837
Décima segunda	30/07/12	838
		<u>3.349</u>

Contrato de ECF nº 2.863/2010

Parcela	Vencimento	31 de março de 2012
Sétima	30/04/12	5.148
Oitava	30/05/12	5.148
Nona	30/06/12	5.148
Décima	30/07/12	5.148
Décima Primeira	30/08/12	5.148
Décima Segunda	30/09/12	5.149
		<u>30.889</u>

Contrato de ECF nº 2.935/2011

Parcela	Vencimento	31 de março de 2012
Primeira	30/09/12	1.739
Segunda	30/10/12	1.739
Terceira	30/11/12	1.739
Quarta	30/12/12	1.739
Quinta	30/01/13	1.739
Sexta	28/02/13	1.739
Sétima	30/03/13	1.739
		<u>12.173</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Contrato de ECR nº 280-A/2007

Parcela	Vencimento	31 de março de 2012
Terceira	20/06/12	4.389
Quarta	20/12/12	4.563
		<u>8.952</u>

Contrato de ECR nº 280/2006 I

Parcela	Vencimento	31 de março de 2012
Quinta	20/06/12	10.667
Sexta	20/12/12	10.667
		<u>21.334</u>

Contrato de ECR nº 280/2006 II

Parcela	Vencimento	31 de março de 2012
Quinta	20/06/12	20.884
Sexta	20/12/12	20.884
		<u>41.768</u>

Encargos de dívidas

Para o período encerrado em 31 de março de 2012, foram apropriados os encargos financeiros, juros e taxa de administração, dos ECR 280/2006-I, 280/2006-II e 280-A/2007, vencidas em 20 de junho de 2012.

Moeda Nacional - Contrato ECR-280A/2007, para o período encerrado em 31 de março de 2012, foram calculados os juros "pro rata temporis" e apropriados na despesa financeira, a taxa contratual de 8% ao ano, com cobrança semestral nos meses de junho e dezembro, no total de R\$ 2.145.

Moeda Estrangeira - Contrato ECR-280/2006-I, para o período encerrado em 31 de março de 2012, foram calculados os juros "pro rata temporis" e apropriados como despesas financeiras, sendo utilizada a taxa libor de 6 meses, do dia 20 de dezembro de 2011, 0,7880% ao ano, acrescido do spread contratual 0,75% ao ano, no total de R\$ 1.987 e taxa de administração do contrato de 0,20% ao ano no total de R\$ 259.

Moeda Estrangeira - Contrato ECR-280/2006-II, para o período encerrado em 31 de março de 2012, foram calculados os juros "pro rata temporis" e apropriados como despesas financeiras, sendo utilizada a taxa libor de 6 meses, do dia 20 de dezembro de 2011, 0,7880% ao ano, acrescido do spread contratual 1,30% ao ano, no total de R\$ 1.081 e taxa de administração do contrato de 0,20% ao ano no total de R\$ 103.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(b) Empréstimos e financiamentos de longo prazo

Contrato ECR nº 280/2006

O funding necessário à construção do empreendimento UTE Candiota III (Fase C) foi captado pela controladora Eletrobras com repasse à Companhia através do Contrato ECR nº 280/2006, referente aos termos de dois contratos: um de financiamento (Crédito à Exportação no montante de US\$ 281 milhões) e um de empréstimo (Crédito Comercial no montante de US\$ 149 milhões), tendo sido assinados entre a Eletrobras, China Development Bank - CDB, BNP Paribas e CGTEE, no dia 20 de abril de 2007, e também o Aditivo ECR nº 280-A/2007, assinado em 13 de junho de 2007 entre Eletrobras e CGTEE referente à carência dos juros durante a construção.

A captação foi realizada com o banco China Development Bank - CDB, ao abrigo do acordo firmado entre o Governo do Brasil e o Governo da China sobre o fortalecimento da cooperação na área de implementação de infraestrutura de construção firmado em Pequim em 5 de junho de 2006. A Eletrobras e a Companhia atenderam às condições precedentes sob suas responsabilidades, porém os bancos CDB e BNP Paribas tiveram atrasos para obter as aprovações dos contratos pelas autoridades governamentais chinesas, as quais requereram modificações nos termos contratuais, retardando a respectiva liberação dos recursos. A demora na obtenção da aprovação prejudicou o normal andamento dos pagamentos ao contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contract) do empreendimento. Somente em 8 de maio de 2008, após negociação com autoridades chinesas, que envolveram o Ministério de Minas e Energia, Eletrobras, CGTEE e Embaixada Brasileira de Pequim, houve a assinatura de aditamento aos contratos, adequando-os às exigências das autoridades chinesas. Assim, a Companhia efetuou todos os pagamentos do Contrato de EPC, na primeira quinzena de julho de 2008.

Os contratos assinados apresentam as seguintes condições financeiras:

Financiamento UTE Candiota III (Fase C) - ECR nº 280/2006 e ECR nº 280-A/2007

Número do contrato	ECR nº 280/06 I	ECR nº 280/06 II	ECR nº 280-A/07
Valor do contrato	US\$ 281 milhões	US\$ 149 milhões	Juros construção
Valor em aberto	US\$ 257.583 mil	US\$ 103.154 mil	R\$ 100.213
Juros	LIBOR semestral	LIBOR semestral	IPC-A
"Spread" - %	0,75	1,30	8% a.a.
Taxa de abertura - % parcela única	0,50	0,50	
"Commitment fee" - % a.a.	0,35	0,15	
Prêmio de seguro	6,76		
Prazo (anos)	12	7	12
Pagamentos (semestrais)	24	13	24
Carência/primeiro pagamento	20 de junho de 2010	20 de junho de 2010	20 de junho de 2010
Fontes	CDB	CDB/BNPP	Eletrobras
Saldo contábil em 31 de março de 2012	R\$ 469.343	R\$ 187.957	R\$ 100.213

Nesse contrato não consta cláusula restritiva que antecipe o vencimento das parcelas.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Contrato ECR nº 280-A/2007

Esse empréstimo destinou-se aos financiamentos dos juros dos ECR 280/2006-I e 280/2006-II, durante a construção da UTE Candiota III - Fase C, e o financiamento da amortização da 1ª e 2ª parcelas, pagas pela Eletrobras, tendo sua realização conforme a seguir:

Resumo do ECR 280-A/2007

Juros financiados durante a Construção	33.499
Financiamento da 1ª e 2ª parcelas do ECR-280/2006 I e II	60.572
Total financiado	94.071
Juros Contratuais 8% a.a. incorporados ao saldo devedor	4.339
Atualização do saldo devedor pelo IPCA até 2010	2.996
Atualização do saldo devedor pelo IPCA até 2011	6.135
Atualização do saldo devedor pelo IPCA até 2012	1.212
Total dos encargos	14.682
Amortizações	-8.540
Total do empréstimo	100.213

Contrato ECF nº 2.796/2009

A Companhia assinou, em 29 de dezembro de 2009, contrato de financiamento ECF nº 2.796/2009 com a controladora Eletrobras, no valor total de R\$ 166.014, a ser tomado conforme o avanço físico e financeiro dos eventos previstos em Contrato de Revitalização da UTE Candiota II.

Esse empréstimo destina-se à cobertura financeira dos custos diretos para a Revitalização da UTE Presidente Médici - Candiota II, cujos recursos são da Reserva Global de Reversão - RGR.

Os juros serão pagos pela Companhia no dia 30 (trinta) de cada mês, e com a incorporação ao saldo devedor durante o período de carência. Para o período encerrado em 31 de março 2012, foram apropriados juros contratuais de 5% ao ano no valor de R\$ 1.728, registrados no ativo imobilizado.

O prazo de carência do valor principal é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da efetiva liberação da parcela de assinatura deste Contrato de Financiamento. As amortizações do saldo devedor serão pagas em 60 (sessenta) parcelas mensais. O saldo devedor a longo prazo, em 31 de março de 2012 é R\$ 106.737, composto de 46 (quarenta e seis) parcelas.

Nesse contrato não constam cláusulas com oferecimento de garantias ou restritivas que antecipem o vencimento das parcelas.

Contrato ECF nº 2.913/2011

A Companhia assinou, em 25 de fevereiro de 2011, contrato de financiamento ECF nº 2.913/2011 com a controladora Eletrobras, no valor total de R\$ 47.596, a ser tomado conforme o avanço físico e financeiro dos eventos previstos em Contrato de Revitalização da UTE Candiota II.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Esse empréstimo destina-se à cobertura financeira dos custos diretos para a Revitalização da UTE Presidente Médici - Candiota II, cujos recursos são da Reserva Global de Reversão - RGR.

Os juros serão pagos pela Companhia no dia 30 (trinta) de cada mês. Para o período encerrado em 31 de março de 2012, foram apropriados juros contratuais de 5% ao ano no valor de R\$ 156, registrados no ativo imobilizado.

As liberações ocorridas no exercício de 2011 estão apresentadas a seguir:

1ª Liberação - R\$ 4.759 em 18 de maio de 2011

2ª Liberação - R\$ 7.722 em 29 de setembro de 2011

Total liberado - R\$12.481

O prazo de carência para pagamento do valor principal é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da efetiva liberação da parcela. As amortizações do saldo devedor serão pagas em 60 (sessenta) parcelas mensais. O saldo devedor a longo prazo, em 31 de março de 2012, é de R\$ 12.481.

Nesse contrato não constam cláusulas com oferecimento de garantias ou restritivas que antecipem o vencimento das parcelas.

Contrato ECF nº 2.935/2011

A Companhia assinou em 18 de maio de 2011, contrato de financiamento, ECF nº 2.935/2011, com a controladora Eletrobras, no valor bruto disponível de R\$ 47.974, dos quais R\$ 47.072 se destina ao pagamento da energia comprada junto à CHESF, referente aos meses de novembro e dezembro de 2010 e R\$ 902 se destina ao pagamento do IOF da operação.

A liberação do valor descrito na Cláusula Segunda deste contrato foi feita diretamente à CHESF, no dia 30 de abril de 2011, ou no dia 30 (trinta) dos meses subsequentes para as liberações seguintes, por meio de compensação econômica, a ser realizada mensalmente, com o fluxo financeiro mensal do serviço da dívida da CHESF com a Eletrobras.

No período de 30 de abril de 2011 a 31 de março de 2012, ocorreram 09 (nove) liberações parciais no valor bruto de R\$ 20.868, descontado o IOF da operação no valor de R\$ 392, utilizadas para a amortização parcial da compra de energia referente ao mês de novembro de 2010.

Os juros são pagos pela Companhia no dia 30 (trinta) de cada mês, calculados "pro rata temporis" (taxa SELIC mais "spread" de 0,5% a.a.), sobre o total dos recursos liberados, a partir da data da efetiva liberação.

O prazo de carência do valor principal é de 12 (doze) meses a partir da data de liberação. As amortizações do saldo devedor serão pagas em 12 (doze) parcelas mensais, vencíveis no dia 30 (trinta) de cada mês, vencendo-se a primeira no dia 30 (trinta) do mês subsequente ao do término da carência.

Neste contrato não constam cláusulas com oferecimento de garantias ou restritivas que antecipem o vencimento das parcelas.

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(c) Previsão de desembolsos com empréstimos e encargos

Com base nos contratos de empréstimos e financiamentos a Companhia apresenta abaixo, para os próximos anos, o seguinte perfil de desembolsos com o pagamento do principal e dos encargos:

	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
2012	140.519	165.123
2013	115.441	112.359
2014	102.361	103.989
2015	123.902	126.160
2016	103.018	104.160
após 2016	380.828	390.057
	<u>966.069</u>	<u>1.001.848</u>

16 Encargos setoriais

	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Passivo circulante		
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.470	1.185
Não circulante		
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	13.414	13.414
	<u>14.884</u>	<u>14.599</u>

A Companhia efetuou a revisão do cálculo da quota de Reserva Global de Reversão - RGR referente ao 1º trimestre de 2012, considerando a Taxa RGR 2012 definida pelo Despacho da ANEEL nº 136 de 17 de janeiro de 2012.

17 Obrigações estimadas

O saldo é composto pelo valor de R\$ 15.326 em 31 de março de 2012 (R\$ 17.019 em 31 de dezembro de 2011), representado pelas obrigações da Companhia para com seus empregados no que se refere ao pagamento de férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos e participação nos resultados aos empregados e administradores.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

18 Benefícios pós-emprego

Em decorrência do acordo coletivo de trabalho homologado em 1º de janeiro de 1997, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial aos participantes regularmente inscritos na Fundação ELETROCEEE, nos termos de "benefício definido" e que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a fruição do mencionado benefício pela mesma, até o atendimento destes requisitos, quando então serão definitivamente aposentados pela Fundação.

Desta forma, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos às complementações salariais e às contribuições à Fundação, a serem pagas até o reconhecimento do benefício pela Fundação, considerando o prazo médio de pagamento deste benefício, incluindo décimo terceiro salário, ajustados a valor presente pela taxa de 12% ao ano.

Os valores provisionados estão assim resumidos:

	31 de março de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compl. de aposentadoria	241	69	294	105
Contrib. à Fundação	27	8	33	13
	<u>268</u>	<u>77</u>	<u>327</u>	<u>118</u>

19 Provisão para contingências

	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Depósitos recursais	Líquido	Circulante	Depósitos recursais	Líquido
Trabalhista	11.570	(3.409)	8.161	9.775	(3.236)	6.539
Fiscal	-	-	-	67	-	67
Administrativas	1.000	-	1.000	1.000	-	1.000
Cível	7.230	-	7.230	7.230	-	7.230
	<u>19.800</u>	<u>(3.409)</u>	<u>16.391</u>	<u>18.072</u>	<u>(3.236)</u>	<u>14.836</u>

Movimentação da provisão para contingências e depósitos recursais em 31 de março de 2012:

	31 de dezembro de 2011	Provisões / (depósitos)	Reversões	31 de março de 2012
Trabalhista	9.775	1.795		11.570
Depósitos recursais trabalhistas	(3.236)	(173)		(3.409)
Fiscais	67		(67)	-
Administrativa	1.000			1.000
Cível	7.230			7.230
	<u>14.836</u>	<u>1.622</u>	<u>(67)</u>	<u>16.391</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(a) Provisão para contingências trabalhistas

Os depósitos recursais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas (depósitos recursais), inclusive de reclamações ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 11.570 em 31 de março de 2012 (R\$ 9.775 em 31 de dezembro de 2011) para cobrir as perdas prováveis, para os quais a Companhia realizou depósitos judiciais no valor de R\$ 3.409 em 31 de março de 2012 (R\$ 3.236 em 31 de dezembro de 2011).

Eventuais passivos decorrentes de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados da CEEE, transferidos à Companhia, interpostas até 11 de agosto de 1997, data em que ocorreu a reestruturação societária da CEEE, e que tenham decisão final desfavorável, culminando com a obrigação no pagamento dos valores resultantes de condenação, serão integralmente suportadas pela CEEE.

Além disso, a Companhia ofereceu para garantia em processos de execução de reclamação trabalhista, 10 veículos de sua frota, cujo valor contábil é de R\$ 451.

(b) Provisão para contingências fiscais

Nesta rubrica estavam lançados os valores correspondentes a ação de execução fiscal promovida pelo INSS correspondente à contribuição do salário educação. Tendo em vista que foi efetuado o depósito judicial no valor de R\$ 67 nos autos da Execução Fiscal, o valor que estava provisionado foi baixado.

Contingências possíveis - fiscais

A Companhia através do Auto de Infração 11080.722655/2010/96, de 30 de julho de 2010, foi autuada em R\$ 15.695 com relação à apuração das contribuições do PIS/COFINS referente ao ano de 2006.

A Companhia apresentou impugnação através dos Advogados Meyer, Sendacz e Opice Advogados, tendo como base de defesa as questões descritas na Nota 8 (a), sendo entendimento da administração, baseada em seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda é possível.

Em decorrência do desembaraço de DI's que se encontravam pendentes de liberação, a Companhia recebeu em 21 de junho de 2011, a emissão dos Autos de Infração 11050.720150/2011-25 (R\$ 4.505) e 11050.720140/2011-90 (R\$ 18.741), e em 04 de agosto de 2011 e 17 de agosto de 2011 os Autos de Infração 11050.720435/2011-66 (R\$ 1.691) e 11050.720343/2011-86 (R\$ 2.824), respectivamente. Os referidos autos têm como base de autuação a descaracterização do ex-tarifário obtido pela Companhia para o projeto UTE Candiota III (Fase C), que proporcionou redução dos percentuais de II e IPI, com reflexo nos demais impostos e contribuições, por falta de similaridade na indústria nacional, sendo o valor lançado nos referidos AI's, as diferenças destes impostos e contribuições adicionados de multa e juros.

A Companhia contratou os consultores jurídicos Franceschini Advogados, os quais emitiram opinião de que a probabilidade de perda é possível.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(c) Provisão para contingências cíveis

As contingências cíveis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores, incluindo a CEEE-D (Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica). O valor total da provisão referente a contingências cíveis, classificados como perda provável, estimada pela assessoria jurídica da Companhia é de R\$ 7.230 em 31 de março de 2012 (R\$ 7.230 em 31 de dezembro de 2011).

Contingências possíveis - cíveis

- (i) A Companhia ingressou com ação ordinária nº.2009.71.00.013550-8 contra a ANEEL - CCEE, na 4ª Vara Federal da 4ª Região em Porto Alegre, a fim de anular a aplicação pela CCEE por delegação da ANEEL da penalidade por insuficiência de lastro de energia. A CCEE emitiu Termos de Notificação, à Companhia, por descumprimento de norma regulatória que determina que seja apresentado lastro proveniente de garantia física ou contratual para cem por cento de seus contratos de venda de energia. Apresentou-se defesa administrativa, tendo sido decidido pela CCEE não conhecer as razões da contestação, a qual foi liquidada. A ANEEL decidiu pelo não acolhimento do recurso. Dessa forma, houve o ingresso com a ação judicial para anular a cobrança. O processo está na fase de instrução. Foi deferida a tutela antecipada suspendendo aplicação da multa em vigor. No momento, aguarda julgamento do recurso especial da ANEEL contra decisão do TRF que manteve a competência da Justiça Federal da 4ª Região. O incidente de impugnação ao valor da causa não foi julgado até o momento. A Companhia possui provisionado o montante de R\$ 38.709 em Fornecedores, conforme comentado na Nota 13 (a). Apesar de haver probabilidade de perda possível, a administração da Companhia decidiu pela manutenção do provisionamento.
- (ii) Em 17 de agosto de 2010, KFW KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU BANKENGRUPPE(KFW) ingressou com ação indenizatória 001/1.10.0214352-8 na 11ª Vara Cível do Foro Central, requerendo a condenação de danos materiais e morais contra a CGTEE, em decorrência de supostos avais que seriam atribuídos à CGTEE. Após a impugnação da CGTEE, o juiz atribuiu à causa o valor de R\$ 5.707, visto que o autor só havia quantificado os danos materiais em R\$ 2.853. O processo encontra-se na fase postulatória, sendo que a CGTEE já contestou a ação. Segundo o Escritório Pinheiro Neto Advogados Associados que representam a Companhia nesse processo, a probabilidade de perda da ação é possível, próxima à remota. A sentença extinguiu o processo sem o julgamento de mérito. Ambas as partes recorreram, sendo que o processo aguarda julgamento dos recursos.

Em 26 de julho de 2011, a Companhia tomou conhecimento de Termo de Notificação emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e comunicado via fax informando que serão realizados descontos no valor de R\$ 49.827 referente a valores ressarcidos indevidamente à CGTEE de 2005 a 2010 relativos a despesas com cinzas e operação no pátio de carvão através da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Tal desconto seria realizado em 24 parcelas nos próximos reembolsos. A Companhia apresentou impugnação e solicitação de efeito suspensivo junto à agência reguladora através do Processo nº 48513.026332/2011-00. A Companhia alega, sucintamente, que cabe ao Ministério de Minas e Energia a elaboração do Manual que prevê os procedimentos de ressarcimento destas despesas, através da CDE; incompetência da ANEEL para alteração dos procedimentos; existência de um Manual de Procedimentos da CDE, assinado pelo MME, ANEEL, ONS, onde consta expressamente que haverá a cobertura das despesas com cinzas e operação no pátio de carvão. Tendo em vista estes argumentos, a Companhia entende que é totalmente infundado o desconto dos valores mencionados, pois há determinação de cobertura até a presente data. Quanto aos valores futuros, não poderá haver suspensão até que haja documento legal expedido pelo MME assim o determinando, não possuindo a ANEEL poderes para alteração destes procedimentos. O processo aguarda julgamento do referido recurso.

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(d) Questões ambientais e compromissos financeiros assumidos (não revisado pelo auditor independente)

(i) Usina termelétrica de São Jerônimo

A Companhia é parte de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público Federal - MPF que trata da redução das emissões atmosféricas da Usina de São Jerônimo, firmado em 1996.

A renovação da Licença de Operação da Usina Termelétrica de São Jerônimo, LO nº 5254/2000-DL, requerida em 14 de outubro de 2004, através do processo 6643-05.67/114, está vinculada ao atendimento do respectivo TAC. Até a apresentação destas Demonstrações financeiras, o status do processo de renovação desta LO junto a FEPAM é, "em análise". Em 18 de novembro de 2011 a Eletrobras CGTEE encaminhou à FEPAM uma Proposta de Adequação Ambiental para a Usina Termelétrica de São Jerônimo e aguarda manifestação do órgão licenciador.

(ii) Usina termelétrica Presidente Médici

Conforme descrito na Nota 11, em 13 de abril de 2011, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Eletrobras CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e Advocacia Geral da União para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota/RS. Dentre os compromissos assumidos pela Eletrobras CGTEE previstos no TAC, destacamos a implantação do Sistema de Abatimento de Material Particulado e SO₂ da Fase B da Usina, bem como a modernização e a ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar, da qualidade das águas de chuva e das condições meteorológicas.

20 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/1996.

(b) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de março de 2012 a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 472.325 e R\$ 472.561, respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelecem condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram reconhecidos nas Demonstrações financeiras intermediárias considerando que as condições para registro não estão asseguradas. Tais ativos representariam em 31 de março de 2012, respectivamente, R\$ 118.057 e R\$ 42.530.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31 de março de 2012		31 de março de 2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) líquido antes ajuste RTT	(9.151)	(9.151)	45.875	45.875
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(9.151)	(9.151)	45.875	45.875
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	(996)	(996)	6.697	6.697
	(10.147)	(10.147)	52.572	52.572
Despesas não dedutíveis	1.217	1.217	15	15
Lucro (prejuízo) real e base da CSLL antes das compensações (Prejuízo fiscal e base negativa CSLL)	(8.930)	(8.930)	52.587	52.587
Compensações (prejuízos fiscais e base negativa da CSLL)	-	-	(15.776)	(15.776)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(8.930)	(8.930)	36.811	36.811
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação e adicional 10% luc. Superior a R\$ 240 mil	-	-	9.197	3.313
PAT	-	-	(16)	-
IRPJ e CSLL do período	-	-	9.181	3.313

21 Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% para o Ministério de Minas e Energia, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D a CGTEE está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Nos anos de 2010 e 2011 a Eletrobrás CGTEE prospectou no mercado projetos de pesquisa que atendessem a esta diretriz e registrou em carteira os seguintes projetos que serão implementados a partir de 2012 e previsão de gastos até dezembro de 2013:

Desenvolvimento de um produto inovador utilizando cinzas de carvão fóssil (volantes e de fundo) para aplicação como concreto compactado com rolo - CCR em pavimentação (R\$ 650); Sistematização e organização de dados de qualidade do ar, meteorológicos e de fonte para a região de Candiota e seu uso em modelos prognóstico e diagnóstico da qualidade do ar na região de Candiota. (R\$ 701); Desenvolvimento de um sistema de Monitoramento On-line de Geradores Síncronos. (R\$ 354); Desenvolvimento de um sistema Monitoramento e Diagnóstico On-line de Motores de Indução. (R\$ 328); Operação da unidade de biofixação de gás carbônico por microalgas instalada na UPME. (R\$ 1.737); Caracterização Avaliação da Eficiência Agronômica e Qualidade dos Alimentos e da Segurança Ambiental de Matrizes à Base de Produtos da Cadeia do Carvão Mineral Para uso na Agricultura. (R\$ 231); Geoquímica do Carvão e seus subprodutos após combustão objetivando uma base de dados para distintos impactos ambientais e à saúde humana. (Em análise pelo Comitê de P&D); Aplicação da tecnologia de degradação dos GEE (gases do efeito estufa) e outros poluentes por plasma térmico nas emissões de usinas termoelétricas (em análise pelo Comitê de P&D).

As contribuições para o Ministério de Minas e Energia (MME) e para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) são efetuadas nos prazos e valores determinados pelo Órgão Regulador.

Quanto aos dispêndios previstos para pesquisa e desenvolvimento a serem aplicados em projetos na própria Companhia, os referentes aos ciclos de 2003/2004 e anteriores a Companhia realizou 100% do valor provisionado, para o ciclo 2004/2005 realizou 96,96% do valor, para o ciclo 2005/2006 realizou 42,53% do valor. Para os ciclos 2006/2007 e 2007/2008 e para os exercícios a partir de 2008, a Companhia aguarda análise e aprovação de projetos pela sua área de P&D, pela holding e pelo Órgão Regulador.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

O quadro abaixo apresenta os valores provisionados realizadas e saldo do P&D Ciclo 2004/2005 ao 2007/2008 e dos exercícios de 2008 a 2012:

	Valores provisionados	Valores realizados	Saldo 31/03/2012	Saldo 31/12/2011
FNDCT	493	377	116	-
Contribuição MME	246	188	58	-
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	709	-	709	-
Exercício 2012	1.448	565	883	-
FNDCT	2.224	2.224	-	186
Contribuição MME	1.112	1.112	-	93
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	2.986	-	2.986	2.985
Exercício 2011	6.322	3.336	2.986	3.264
FNDCT	2.130	2.130	-	-
Contribuição MME	1.065	1.065	-	-
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	2.517	-	2.517	2.517
Exercício 2010	5.712	3.195	2.517	2.517
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	1.019	-	1.019	1.019
Exercício 2009	1.019	-	1.019	1.019
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	659	-	659	660
Período Abril até Dezembro/2008	659	-	659	660
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	566	-	566	566
Ciclo 2007/2008	566	-	566	566
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	622	-	622	622
Ciclo 2006/2007	622	-	622	622
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	703	299	404	404
Ciclo 2005/2006	703	299	404	404
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	888	861	27	27
Ciclo 2004/2005	888	861	27	27
Total			9.683	9.079

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, no valor de R\$ 337.877 (R\$ 337.877 em 31 de dezembro de 2011), totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país, cujas quantidades estão distribuídas conforme segue:

	<u>Ações</u>	<u>Percentual</u>
Centrais Elétricas Brasileira S.A.- Eletrobrás	1.272.668.703	99,96
Antônio Carlos da Silva Estevão	198.517	0,02
Júlio Cesar Schneider Marques	105.971	0,01
Outros	219.834	0,02
	<u>1.273.193.025</u>	<u>100</u>

Conforme o estatuto social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado será destinado para pagamento de remuneração aos acionistas, na proporção de suas ações.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia possui os seguintes recursos destinados ao aumento de capital em 31 de março de 2012, e contabilizados no passivo não circulante:

- (i) O valor de R\$ 360.000, faz parte do Contrato ECF nº 2.840/2010, referente à primeira liberação do AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) conforme Deliberação nº114/2010, de 27 de abril de 2010 do Conselho de Administração da Eletrobras.

A Companhia assinou, em 21 de maio de 2010, contrato de adiantamentos por conta de Futuro Aumento de Capital ECF nº 2.840/2010, com a controladora Eletrobras, no valor de R\$ 360.000. Este AFAC destina-se à conclusão do Projeto UTE Candiota III - Fase C.

Em 28 de junho de 2010 ocorreu a 1ª Liberação do AFAC, no valor de R\$ 180.000, sendo liquidado o saldo devedor do ECF nº 2.808/10 no valor de R\$ 100.817, através do encontro de contas.

Em 08 e 21 de setembro de 2010 ocorreram a 2ª e 3ª liberações do AFAC, nos valores de R\$ 48.581 e R\$ 20.000.

Em 07 de outubro ocorreu a 4ª liberação, no valor R\$ 60.000.

Em 02 de dezembro de 2010 ocorreu a 5ª liberação, no valor de R\$ 15.419.

Em 27 de maio de 2011 ocorreu a 6ª liberação, no valor de R\$ 36.000.

Em função dos tramites relativo à incorporação ao Capital Social não terem sido concluídos em até um ano da primeira liberação, no primeiro trimestre de 2012 foram reconhecidos encargos incidentes sobre o saldo do AFAC no valor de R\$ 9.316 (R\$ 51.340 em 31 de dezembro de 2011),

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

conforme cláusula 6ª § 1º, do Contrato ECF nº 2.840/2010.

(ii) AFAC destinado TAC IBAMA conforme Contrato ECF nº 2.941/2011

A companhia assinou, em 28 de julho de 2011, contrato de adiantamentos por conta de Futuro Aumento de Capital ECF nº 2.941/2011, com a controladora Eletrobrás, no valor de R\$ 241.835. Este AFAC destina-se a adequação ambiental das fases A e B da Usina Termelétrica Presidente Médici (UPME).

Em 18 de novembro de 2011 ocorreu a 1ª liberação, no valor de R\$ 41.364.

23 Suprimento de energia elétrica

A composição da receita relativa a suprimento de energia elétrica é como segue:

	31 de março					
	Número de concessionárias		MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Suprimento	84	88	1.075.030	1.113.373	139.473	152.427
	84	88	1.075.030	1.113.373	139.473	152.427

(*) Dados em MW/h não revisados pelo auditor independente.

	31 de março de 2012	31 de março de 2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	139.473	152.427
Outras receitas - aluguéis	481	39
Total da receita operacional bruta	139.954	152.466
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Encargos do consumidor	(5.081)	(5.893)
Impostos e contribuições sobre a receita	(12.984)	(13.683)
Total das deduções da receita operacional	(18.065)	(19.576)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	121.889	132.890

24 Recuperação de despesas - subvenção combustíveis

Refere-se à subvenção para aquisição de combustíveis fósseis com recursos da Conta Consumo de Combustíveis - CCC e da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cujos reembolsos foram solicitados à Eletrobras por conta do consumo de carvão mineral e óleo combustível para a produção de energia elétrica.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

25 Custo e despesas com pessoal e com entidade de previdência privada

	31 de março			
	Operação		Administração	
	2012	2011	2012	2011
Remunerações	11.538	9.789	3.623	2.793
Encargos sociais	5.086	4.144	1.562	1.214
Auxílio alimentação	1.123	1.043	322	254
Convênio assistencial e outros benefícios	1.469	1.007	469	375
Incentivo à aposentadoria	-	-	(2)	15
Provisões (férias, 13os, salários encargos, causas trabalhistas e passivo atuarial)	(1.994)	(2.116)	2.701	3.810
Administradores	-	-	288	209
Outros	240	11	202	9
Subtotal - despesas de pessoal	17.462	13.878	9.165	8.679
Entidade de previdência privada	1.020	909	230	196
	18.482	14.787	9.395	8.875

26 Outras despesas gerais e administrativas

	31 de março	
	2012	2011
Material	119	98
Serviços de terceiros	1.316	1.201
Taxa de fiscalização - ANEEL	569	52
Publicações oficiais	131	16
Aluguel de imóveis	195	197
(-) Recuperação de despesas	(886)	(16)
Despesas responsabilidade social	143	(4)
Impostos diversos	155	218
Comunicação	268	131
Demais despesas	621	787
	2.631	2.680

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

27 Remuneração empregados e administradores (não revisado pelo auditor independente)

(a) Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna. A remuneração referente a salários e encargos paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31 de março	
	2012	2011
Salários e encargos	51	48
Honorários de diretoria	193	169
Honorários de conselho	41	50
	<u>285</u>	<u>267</u>

28 Plano de aposentadoria

A Companhia é copatrocinadora da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, sendo que, a face à presente reavaliação atuarial, para manter o nível necessário de amortização, a taxa de contribuição amortizante passou de 4,23% para 4,24% (a partir de fevereiro de 2011) sobre as reservas técnicas do Fundo. O objetivo principal desse patrocínio é a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes.

Em 31 de dezembro de 2011 do total de 678 funcionários, 408 participam do Plano, tendo contribuído com um total - incluindo contribuição normal e despesa administrativa - de R\$ 3.086, sendo que a companhia contribuiu com R\$ 4.355, não restando nenhuma obrigação vencida.

O plano de suplementação é do tipo "benefício definido", com regime financeiro de capitalização, contribuindo a Companhia e o empregado cada um com 7,71% da folha de salários. Adicionalmente, a patrocinadora recolhe mensalmente, a título de "Parcela Amortizante", o equivalente a 4,24% da folha de salários dos participantes ativos referente a custo de serviço passado. A última revisão atuarial dos compromissos registrados na ELETROCEEE foi procedida por atuário independente dessa fundação, para a data-base de 31 de dezembro de 2011, estando demonstrada na seguinte posição:

Descrição	31 de dezembro de 2011	
	Total geral da Fundação ELETROCEEE	Parte proporcional CGTEE
Benefícios concedidos	3.440.543	73.485
Benefícios a conceder	1.056.930	117.440
Subtotal	4.497.473	190.925
Reserva a amortizar	(372.452)	(9.363)
Reservas matemáticas	4.125.021	181.562
Superávit (Déficit) técnico	(107.727)	507
Total das reservas técnicas	<u>4.017.294</u>	<u>182.069</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Em atendimento ao CPC 33 - Benefícios a empregados, a Companhia reconheceu integralmente em dezembro de 2011 o ajuste do passivo atuarial decorrente dos benefícios a que os empregados farão jus após o tempo de serviço.

Para o atendimento do CPC 33 - Benefícios a empregados, a companhia recebeu parecer do atuário independente contratado, Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., datado de 3 de fevereiro de 2012.

No estudo atuarial para a data-base de 31 de dezembro de 2011, a Companhia entende que o excesso de ativo em relação ao passivo apurado ao final do exercício ainda não pode resultar em seu benefício econômico e dependa, por dispositivo legal, da revisão prioritária das hipóteses financeiras e atuariais utilizadas na avaliação, sendo que o saldo apresentado de R\$ 445 refere-se à provisão de aposentadoria incentivada, conforme mencionado na Nota 18.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada:

	31 de dezembro de 2011
Valor presente obrigação atuarial	195.597
Valor justo dos ativos do plano	(207.897)
Ativo líquido	(12.300)
Ganho atuarial a amortizar	12.300
Valor da obrigação atuarial líquida	-
Provisão para aposentadoria incentivada - Circulante	327
Prov. Aposent. Incentiva/Plano Após. - Não Circulante	118
Passivo líquido	445

A adoção destas hipóteses considerou as orientações da própria Companhia e de sua controladora Eletrobras:

(a) Tábua de mortalidade e sobrevivência

Foi adotada a Tábua de Mortalidade AT- 2000 segregada por sexo.

(b) Tábuas de entrada em invalidez e de mortalidade de inválidos

Foram, respectivamente, adotadas as Tábuas LIGHT (fracas) e AT-83.

(c) Rotatividade

Foi considerada nula.

(d) Taxa de juros de longo prazo

Foi adotada a taxa de 6% ao ano, considerada adequada nas circunstâncias e já adotada nas demais avaliações dos benefícios.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(e) Taxa de retorno de curto prazo

De acordo com as expectativas da Companhia, e considerando a taxa de juro real aplicada sobre os compromissos projetados, a taxa de retorno de curto prazo foi estabelecida em 10,77%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.

(f) Incremento salarial

A taxa real de incremento dos salários a longo prazo foi adotada em 2% (dois por cento) média ao ano.

(g) Incremento de benefícios do regime geral

Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pelo regime geral da previdência social.

(h) Incremento nos benefícios dos planos

Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.

(i) Fatores de capacidade (não auditado pelo auditor independente)

Considerando a inflação projetada e o fluxo de pagamento dos salários e dos benefícios, os mesmos foram ajustados em 0,98.

(j) Informações e premissas atuariais

A Administração da Companhia decidiu alterar a política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego em 2010, deixando de adotar o método do "corredor" e passando a reconhecê-las no próprio exercício em que ocorreram, em "Outros Resultados Abrangentes", de acordo com as orientações CPC-33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS-19 do International Accounting Standards.

29 Instrumentos financeiros

(a) Operações com derivativos

A Companhia não efetuou durante o período findo em 31 de março de 2012 operações com características de derivativos, conforme definidos no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Riograndense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota-RS e São Jerônimo-RS, denominadas UPME e USJE respectivamente.

Para a UPME o carvão contratado é denominado CE 3300, cujas condições de fornecimento estão presentes no contrato CGTEE/UPME/98-02026 que está em seu quinto termo aditivo, assinado em

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

19 de julho de 2010, com vigência até 31 de dezembro de 2024, tendo previsão de reajuste de preço anual (abril de cada ano), através da aplicação de uma fórmula paramétrica de uma inflação setorial.

Para a USJE o carvão contratado é denominado CE 4200, cujas condições de fornecimento estão presentes no contrato CGTEE/DTPJ/043/2009 que está em seu segundo termo aditivo, assinado em 10 de janeiro de 2011, com vigência até 11 de agosto de 2011, tendo previsão de reajuste de preço anual (agosto de cada ano), através da aplicação do índice de inflação IGPM.

A Companhia, em relação a estes dois contratos, detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de desenvolvimento energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada.

(b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Estimativa do valor justo

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível Grupo para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2012.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos para negociação - aplic. no mercado aberto	29.409	-	-	29.409
Total do ativo	29.409	-	-	29.409

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2012. AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

dezembro de 2011.

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos para negociação - aplic. no mercado aberto	66.120	-	-	66.120
Total do ativo	<u>66.120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66.120</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem as aplicações no "Fundo Extramercado Exclusivo 4 - Fundo de Investimento de Renda Fixa de Longo Prazo", mantido como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, tem seus valor determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no nível 3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas Demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas Demonstrações financeiras de 31 de março de 2012, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

29.1 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

(b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base nos contratos de fornecimento de materiais, serviços, empréstimos e financiamentos, sendo monitoradas diariamente pelo Departamento financeiro da Companhia. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

Como descrito na nota 2 Situação financeira a Companhia conta com geração de caixa oriunda de sua receita operacional especialmente vinculada a fase C que proporcionarão as disponibilidades necessárias ao cumprimento de suas obrigações.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2012	2013 a 2014	2015 a 2016	acima 2017
Fornecedores	127.466	-	-	-
Empréstimos Fase C	165.123	216.348	230.820	389.557
Contabilizado	292.589	216.348	230.820	389.557
Receita A B	221.237	474.823	519.520	1.494.753
Receita Fase C	469.264	1.002.829	1.093.507	3.146.219
Previsão entrada de recursos	690.501	1.477.652	1.613.027	4.640.972
AFAC p/TAC	55.592	144.879	-	-
TAC	(55.592)	(144.879)	-	-
Previsões de desembolsos	-	-	-	-

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado
Trimestres findos em 31 de março
Em milhares de reais

(c) Concentração de risco de crédito

A Companhia possui registrados na CCEE oitenta e três (83) contratos de venda de energia que estão distribuídos da seguinte forma:

- a) Contratos decorrentes do 2º Leilão de Compra de Energia Elétrica de Empreendimentos Existentes com 34 empresas distribuidoras de energia elétrica, duração de 2008 a 2015;
- b) Contratos decorrentes do 4º Leilão de Compra de Energia Elétrica de Empreendimentos Existentes com 17 empresas distribuidoras de energia elétrica, duração de 2009 a 2016;
- c) Contratos decorrentes do 1º Leilão de Compra de Energia Elétrica de Novos Empreendimentos com 31 empresas distribuidoras de energia elétrica, duração de 2010 a 2024;
- d) Contrato bilateral com a Comercializadora Enerpar.

O risco de crédito é mínimo devido às garantias e penalidades previstas em contrato que inibem ou reduzem consideravelmente a inadimplência.

(d) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há uma escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS à plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (Índices de Indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) reduzem a garantia física do agente.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças -PLD e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição no Mercado de Curto Prazo é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLDs dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Para 2012, o valor do VR será de R\$ 161,94/MWh - Conforme ofício nº 004/2012-SEM/ANEEL, de 11 de janeiro de 2012.

No 1º trimestre de 2012 não ocorreram penalidades por Insuficiência de Lastro Físico, e para a não ocorrência de penalidades, a Companhia comprou em média 88,00 MW médios mensais neste período.

(e) Pagamentos em moeda estrangeira

i) Com recursos próprios

- a) Pagamentos realizados ao fornecedor Cimentos Del Plata S.A., no período encerrado em 31 de março de 2012, referente ao fornecimento de cal virgem, no valor de R\$ 1.977 equivalentes a US\$ 1.119 mil, na data do pagamento, conforme contrato CGTEE/DTC/108/2010;

ii) Com Recursos do Financiamento ECF-2013/2011- RGR, Revitalização da Fase B

- a) Pagamentos referentes a adiantamentos de importação de equipamentos realizados no período encerrado em 31 de março de 2012, à Alstom Power Systems S.A., referente ao contrato nº CGTEE/DTC/134/2010, correspondente a EUR 53 mil, convertido na data do pagamento em R\$ 119.

(f) Risco com taxa de câmbio

No primeiro trimestre de 2012, a Companhia não realizou operações financeiras de derivativo na modalidade de "hedge", mas a administração da Companhia, em conjunto com a controladora Eletrobras vem estudando as diversas modalidades possíveis para obter proteção para os pagamentos futuros do Contrato de EPC e Alston, também para os pagamentos correspondentes aos contratos de financiamento captados para o empreendimento.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição:

	31 de março			
	2012		2011	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Passivo				
Empréstimos em US\$	(360.737)	(657.300)	(360.737)	(676.671)
Exposição líquida	(360.737)	(657.300)	(360.737)	(676.671)

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

30 Seguros (não revisado pelo auditor independente)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011
		Importância Segurada	Prêmio total	Prêmio a apropriar	Prêmio a apropriar
Compreensivo empresarial	10.11.12	33.512	184	-	-
Riscos Operacionais Fase C	31.12.12	1.218.000	5.047	3.425	-
Riscos Operacionais	31.12.12	966.100	1.296	986	-
Roubo incêndio e colisão	16.06.12	2.500	16	3	7
		<u>2.220.112</u>	<u>6.543</u>	<u>4.414</u>	<u>7</u>

31 Assuntos regulatórios

(a) Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em 31 de março de 2012 e de 2011 a Companhia realizou compra de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir:

Custo	31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Energia elétrica comprada p/revenda	326.446	311.397	38.123	13.087
	<u>326.446</u>	<u>311.397</u>	<u>38.123</u>	<u>13.087</u>

(*) Dados em MW/h não revisados pelo auditor independente.

Transações de exercícios anteriores sujeitas a modificações

As transações de energia realizadas no âmbito da CCEE (anteriormente MAE), ocorridas no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, totalizaram R\$ 4.266 (vendas) e R\$ 45.706 (compras), tendo sido liquidado até 17 de julho de 2003 o montante líquido de R\$ 41.440 (valor pago). Esses valores foram registrados de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período.

Não foi consignada provisão para contingências nas Demonstrações financeiras já que a administração não espera incorrer em perdas com relação a este assunto, exceto o valor relativo ao processo judicial movido pela AES-SUL conforme Despacho ANEEL 288/2009 de R\$ 1.829 devidamente provisionado nas contas de fornecedores (Nota 13 (a)), que se encontra em discussão na justiça.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

(b) Leilão de energia elétrica (não revisado pelo auditor independente)

Com a descontratação de energia prevista pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a gerar energia liberada dos contratos iniciais. Para a venda desta energia, a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estabeleceu que as Concessionárias de Geração de Serviço Público, sob controle Federal, somente podem vender sua parcela de energia livre, incluída a energia liberada dos Contratos Iniciais, em Leilões Públicos regulamentados pela ANEEL ou no âmbito da CCEE.

A Companhia participou nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes buscando colocação para a energia descontratada, como produto desta participação obteve os seguintes resultados:

- Leilão 2º - Produto 2008/2015 - 104MW - Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até março de 2012, sendo a tarifa média praticada de R\$ 112,12 por MW/h. O período de vigência do contrato é de oito anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2008, o qual originou contratos de suprimento de energia com 34 agentes de distribuição.
- Leilão 4º - Produto 2009/2016 - 35MW - Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até março de 2012, sendo a tarifa média praticada de R\$ 120,92 por MW/h. O período de vigência do contrato é de oito anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual originou contratos de suprimento de energia com 17 agentes de distribuição.

A Companhia participou em dezembro de 2005 do primeiro Leilão de Energia dos Novos Empreendimentos, onde realizou a comercialização de 292 MW/h médios por ano, cuja energia será proveniente da UTE Candiota III (Fase C) da Usina Presidente Médici, pelo período de 15 anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2010 ao preço de R\$ 129,50 por MW/h (base IPCA dezembro de 2005). Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até março de 2012, sendo a tarifa fixa média praticada de R\$ 168,87 por MWh. Esta comercialização de energia originou contratos de suprimentos de energia com 31 agentes de distribuição, que foram assinados em 26 de agosto de 2006.

A Companhia participou de uma chamada pública da empresa NORSKE, conforme Resolução de Diretoria nº 116/2007 de 12 de abril de 2007 e Resolução de Diretoria nº 117/2007 de 19 de abril de 2007 que autorizou a celebração de contrato bilateral de comercialização de energia no ambiente livre CCEAL com a NORSKE, tendo assinado contrato de compra e venda de energia em 18 de abril de 2007. Em 28 de dezembro de 2007 foi assinado o 1º Termo Aditivo, alterando os montantes contratados, por solicitação da NORSKE, conforme Resolução de Diretoria nº 302/2007 de 31 de outubro de 2007. Em 13 de agosto de 2009 foi assinado o Instrumento Particular de Sub-rogação de Direitos e outras Avenças que passou todos os direitos e obrigações da NORSKE SKOG para a ENERPAR, conforme Resolução de Diretoria nº 220/2009 de 08 de junho de 2009.

Em 04 de janeiro de 2010 foi celebrado o 2º Termo Aditivo que alterou os montantes contratados, por solicitação da ENERPAR, conforme Resolução de Diretoria nº 353/2009 de 04 de dezembro de 2009 redefinindo os montantes anuais de energia.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

Período	Energia Contratada (MW médios)
01/01/2011 a 31/12/2011	42,50
01/01/2012 a 31/12/2012	69,00
01/01/2013 a 31/12/2013	25,00

O preço do contrato de compra e venda foi de R\$ 105,00/MWh, com base em abril de 2007, e atualizado com base no IPCA.

Em 22 de dezembro de 2010 foi assinado o 3º Termo aditivo alterando as datas de entrega de energias comercializadas conforme tabela a seguir:

Período	Energia Contratada (MW médios)
01/01/2011 a 31/12/2011	42,50
01/01/2012 a 31/12/2012	69,00

Para este contrato já ocorreram atualizações tarifárias pelo IPCA até dezembro de 2011, sendo a tarifa média praticada para o ano de 2012 de R\$ 134,97 por MWh.

32 Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e da COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A Companhia possui créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, no montante de R\$ 12.297, não registrado nas Demonstrações financeiras.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1º de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária nº 2007.71.00.048592-4 na 2a. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS (R\$ 1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido.

Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contrarrazões, e o processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. A apelação foi julgada parcialmente procedente, entendendo que são repetíveis somente as parcelas pagas posteriormente a 08 de julho de 2000.

As partes opuseram embargos de declaração, os quais foram acolhidos parcialmente para fins de prequestionamento. Após, as partes apresentaram recursos especiais e extraordinários, não sendo

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais

admitidos os recursos especial e extraordinário da União, sendo admitido o recurso especial da CGTEE e sobrestado o recurso extraordinário da CGTEE até decisão definitiva do STF acerca da matéria.

Considerando haver recurso pendente apenas no tocante ao período de Fevereiro de 1999 a 07 de julho de 200, tendo ocorrido o trânsito em julgado em relação ao restante do período, esta Companhia apresentou pedido de habilitação de crédito junto à Receita Federal para posterior compensação tributária, o qual encontra-se pendente de julgamento na esfera administrativa. O pedido de compensação é no valor de R\$ 2.543, a título de PIS, e de R\$ 18.690, a título de COFINS, valores esses atualizados até a data de 29 de setembro de 2011, utilizando-se a taxa de juros SELIC acumulada até o mês de dezembro de 2011.

* * *

Sereno Chaise
Diretor Presidente e Administrativo

Clóvis Ilgenfritz da Silva
Diretor Financeiro e Relações com o Mercado

Luiz Henrique de Freitas Schnor
Diretor Técnico

Sandro Figueiredo de Oliveira
Diretor Administrativo

João Luis Lucas Maracci
Contador CRC-RS 46.907